

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____^a
VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**

GRERJ nº 72731704622-21

COMERCIAL KM29 PNEUS LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 07.908.819/0001-09, com endereço na Avenida Brasil, nº 29.501, Realengo, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 22.730-230 (“KM29”); **BORRACHEIRO VIGÁRIO GERAL LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob nº 31.184.997/0001-00, com endereço na Avenida Brasil, nº 16.721, Irajá, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 21.230-043 (“Vigário Geral”) e **BORRACHEIRO TEIXEIRA DE CASTRO LTDA.**, sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob nº 15.484.675/0001-20, com endereço na Estrada do Tindiba, nº 1.575, Pechincha, Rio de Janeiro/RJ, CEP nº 22.740-361 (“Teixeira de Castro” e, em conjunto com as demais, “Requerentes” ou “Grupo Gilson Pneus”), vêm, por meio dos advogados abaixo assinados, regularmente constituídos (doc. 1), com fundamento nos artigos 47 e 48 da Lei nº 11.101/05 (LRF), ajuizar o presente pedido de

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

pelas relevantes razões de fato e de direito que passa a expor.

**I. LISTISCONSÓRCIO ATIVO – NECESSÁRIA
CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL – GRUPO SOB CONTROLE
SOCIETÁRIO COMUM (Art. 113 do CPC c/c Art. 69-G da LRF)**

1. A Lei nº 14.112/2020 trouxe a possibilidade de litisconsórcio ativo entre os integrantes do mesmo grupo societário, em consonância ao entendimento já consolidado da jurisprudência¹.

2. Com o apoio subsidiário na norma processual do litisconsórcio ativo (artigos 113 a 118 do Código de Processo Civil), **o artigo 69-G da LRF** simplifica a questão, **trazendo como único requisito para o processamento da consolidação processual a configuração de um grupo societário comum**, isto é: sociedades controladas ou coligadas sob a direção centralizada e que combinam esforços e recursos em prol de objetivos comuns².

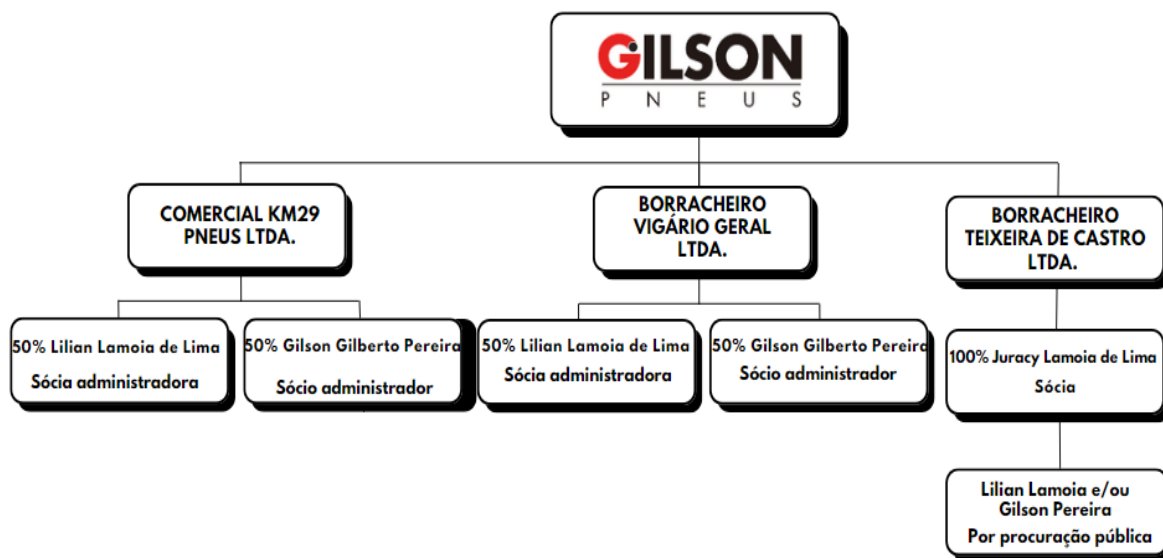
3. No caso em tela, as Requerentes estão diretamente interligadas, **tratando-se de um grupo familiar sob a mesma gestão, onde (i) KM29 e Vigário Geral possuem como sócios administradores a Lilian Lamoia de Lima (“Lilian”) e Gilson Gilberto Moreira Esteves Dias Pereira (“Gilson”) e (ii) a Teixeira de Castro possui como sócia administradora Juracy Lamoia de Lima – mãe de Lilian (doc. 02).**

4. Em que pese a Requerente Teixeira de Castro tenha em seu contrato social (doc. 02) a Juracy Lamoia de Lima como única sócia administradora, necessário informar a existência de uma procuração pública assinada pela mesma em 21/09/2022 (doc. 01), outorgando irrestritos poderes de administração e representação da Teixeira de Castro aos sócios das demais

¹ REsp 1665042/RS, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019

² Arts. 243 e seguintes da Lei nº 6.404/1976.

Requerentes (Lilian e Gilson). Nesse sentido, importante destacar o organograma das Requerentes:



5. Além do controle societário comum, as sociedades reunidas para o pedido de recuperação judicial revelam: (i) a similitude do objeto social, (ii) relação de controle ou dependência entre si, (iii) a atuação conjunta no mercado, realizando atividades similares ou complementares e (iv) a existência de garantias cruzadas.

6. Nesse sentido, pela mera análise dos **objetos sociais** das Requerentes (doc. 02), é possível observar que **a KM29 e a Vigário Geral exploram a principal atividade econômica do Grupo: comercialização de pneus, peças e acessórios para veículos automotores, bem como a manutenção/reparação mecânica e elétrica dos automóveis.** Veja-se os respectivos *prints*:

CLÁUSULA TERCEIRA:

A sociedade gira sob a denominação social de “**COMERCIAL KM29 PNEUS LTDA.**”, com nome de fantasia **VANTAX PNEUS**, e tem como finalidade a exploração dos seguintes negócios:

- a) Comercialização por atacado e varejo de pneumáticos, câmaras de ar, peças e acessórios para veículos automotores, máquinas agrícolas, tratores e motocicletas;
- b) Representação comercial por conta de terceiros de produtos nacionais e estrangeiros;
- c) Revenda de veículos novos e usados;
- d) Serviços de instalação e colocação de peças em veículos automotores; alinhamento de direção e balanceamento de rodas;
- e) Bazar, conveniências, varejista de bombons, balas, chocolates, sorvetes, biscoitos, lanches pré-fabricados e alimentos industrializados;
- e) Importação e exportação de pneumáticos, câmaras de ar, protetores, peças e acessórios para veículos automotores e motocicletas.
- f) Comércio varejista de óleos lubrificantes e acessórios.
- g) Serviços de lubrificação e polimento de veículos automotores.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
BORRACHEIRO VIGÁRIO GERAL LTDA
 CNPJ Nº 31.184.997/0001-00
 NIRE: 33.2.0149539-0

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJETO

1. A sociedade empresária funcionará sob a denominação social de “**BORRACHEIRO VIGÁRIO GERAL LTDA.**”

3. A Sociedade tem por objetivo social as seguintes atividades;

- a) – Compra e Venda por atacado de pneus, peças e acessórios novos para veículos automotores;
- b) – Compra e Venda por atacado de Pneumáticos e câmara de ar;
- c) – Compra e Venda a varejo de pneus, peças e acessórios novos para veículos automotores;
- d) – Compra e Venda a varejo de Pneumáticos e câmara de ar;
- e) - Montagem de Pneus, peças e acessórios para veículos automotores;
- f) – Serviços em rodas para veículos automotores;
- g) - Serviços de alinhamento e balanceamento de veículos automotores - Rodas;
- h) – Serviços de borracheiro;
- i) – Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores;
- j) - Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores;
- k) – Serviço de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores;
- l) – Serviços de lavagem lubrificação e polimento de veículos automotores;
- m) – Importação e Exportação de pneus, peças e acessórios;
- n) – Comércio varejista de lubrificantes;
- o) – Cantina

7. Já a Requerente Teixeira de Castro tem objeto social complementar às atividades das demais Requerentes, fornecendo a mão de obra para viabilizar a atividade empresária, mediante um contrato de

prestação de serviço entre empresas. Ou seja, é ela quem detém quase que a totalidade dos funcionários utilizados pelo Grupo:

A Sociedade denomina-se “**Borracheiro Teixeira de Castro Ltda.**”, regendo-se pelo preterito Contrato Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º

A Sociedade tem sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, à Avenida Teixeira de Castro, nº 721, complemento (Ent. Av. Brasil, nº 7799) RA: 10 – Bairro Ramos – CEP. 21.040-011.

Artigo 3º

A Sociedade tem por objetivo social as seguintes atividades:

- a) Compra e venda de peças e acessórios novos para veículos automotores;
- b) Compra e venda de Pneumáticos e Câmaras de Ar;
- c) Instalação de pneus, peças e acessórios novos para veículos automotores;
- d) Serviços em rodas para veículos automotores;
- e) Serviço de alinhamento e balanceamento de rodas;
- f) **Serviços de Borracheiro.**



8. Tanto são empresas do mesmo grupo econômico que existem garantias cruzadas entre elas: (i) a Teixeira de Castro figura como garantidora avalista da devedora principal Vigário Geral na Cédula de Crédito Bancário nº 00333839300000016390, firmada com o Banco Santander e (ii) a KM29 figura como garantidora avalista da devedora principal Vigário Geral na Cédula de Crédito Bancário nº 14389223, firmada com o Banco ABC.

9. Portanto, entre as Requerentes, evidente que há “*comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide*” (art. 113, inciso I do CPC) e “*afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito*” (inciso III, art. 113).

10. Como se sabe, o surgimento dos grupos empresariais é prática comum no mercado global. Empresas aproveitam ativos, colaboradores, certificados de capacitação técnica, balanços (para conseguir financiamentos e empréstimos) e reputação de empresas irmãs (subsidiárias, coligadas e afiliadas

em geral) para obter vantagens frente à concorrência no mercado.

11. Nesse sentido, confira-se relevante lição de Marcelo Barbosa Sacramone³:

“O litisconsórcio ativo entre os integrantes de grupos empresariais preenche os requisitos legais e assegura que os empresários possam litigar em conjunto. Entre os integrantes do grupo poderá haver comunhão de direitos ou obrigações, a recuperação judicial pretendida poderia ser necessária para estruturar todo o grupo e a causa da crise econômico financeira que acomete cada um dos devedores poderá ser, inclusive, comum. A possibilidade de litigar conjuntamente no mesmo processo permite aos litisconsortes a economia processual, o impedimento de decisões contraditórias e a tentativa de reestruturar todo o grupo econômico de forma harmônica.”

12. Ora, a elevada interligação dos direitos e obrigações das Requerentes e a existência de credores comuns fazem com que um único procedimento de recuperação judicial, com um único administrador judicial e a coordenação do procedimento, seja a forma mais eficiente e transparente de recuperação judicial, na forma do que preceitua o art. 69-I, da LRF⁴.

13. Nesse sentido, confira-se as lições de Sheila C. Neder Cerezetti:

“À luz das relações ambientadas no grupo societário, pode-se imaginar que o fenômeno processual do litisconsórcio ativo bem se encaixa nas necessidades que o instrumento processual de solução da crise empresarial busca atender. Ora, se o processo tem por escopo atuar o

³ Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência (p. 593). Saraiva Jur. Edição do Kindle.

⁴ “Art. 69-I. A consolidação processual, prevista no art. 69-G desta Lei, acarreta a coordenação de atos processuais, garantida a independência dos devedores, dos seus ativos e dos seus passivos”.

direito material, nada mais correto do que admitir, quando a situação fática apresentar verdadeira harmonia de pretensão, um polo ativo processual que abarque não só a sociedade atomizada, mas aquelas que contribuem para uma mesma organização empresarial”. (...) Estão presentes, para além da legitimidade ad causam, **razões de economia processual** e, principalmente, o **temor de que o processamento separado das lides ocasione decisões conflitantes entre si**, as quais, dada a matéria em discussão, têm grave potencial destrutivo sobre direitos de devedores, credores e terceiros interessados na reestruturação da empresa. **Há conveniência em se permitir que o juiz e os credores formem convicção sobre um contexto jurídico e de fato que envolve a crise da empresa plurissocietária e a busca de possível solução a ela.** Com efeito, um dos principais motivos para que se aceite o processamento conjunto dos pedidos de recuperação judicial de diferentes devedoras **é garantir que o iter percorrido na busca da solução para a crise que atinge mais de um agente empresarial encaminhe as partes para resultado concomitante e, se possível, harmônico**”. (CEREZETTI, Sheila Christina Neder. Grupos de Sociedade e Recuperação Judicial: O Indispensável Encontro entre os direitos Societário, Processual e Concursal. In. YARSHEL, Flávio. PEREIRA, Guilherme Setoguti J. Processo Societário II. São Paulo: Quartier Latin, 2015, pp. 751-754)”

14. Logo, considerando a presença dos requisitos necessários à configuração de litisconsórcio ativo e, conseqüentemente, da consolidação processual, requerem as Requerentes que este pedido de Recuperação Judicial seja recebido e processado na forma do artigo 69-G da LRF.

II. DA COMPETÊNCIA - LOCAL DO PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DAS REQUERENTES (ARTIGO 3º DA LRF)

15. Antes da exposição das razões que justificam o presente pedido de Recuperação Judicial, cabem às Requerentes demonstrarem a

competência do MM. Juízo do Rio de Janeiro para o processamento e julgamento desta Recuperação Judicial.

16. Dispõe o art. 3º da LRF que a competência para deferir o pedido de Recuperação Judicial é “*o juízo do local do principal estabelecimento do devedor*”.

17. A doutrina conceitua principal estabelecimento como “*aquele no qual o comerciante tem a sede administrativa de seus negócios, no qual é feita a contabilidade geral, onde estão os livros exigidos pela lei, local de onde partem as ordens que mantém a empresa em ordem e funcionamento, mesmo que o documento de registro da empresa indique que a sede fique em outro local*”⁵.

18. Corrobora com este entendimento o ilustre jurista Fabio Ulhoa Coelho, que conceitua o principal estabelecimento como sendo “*aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa; é o mais importante do ponto de vista econômico*”⁶. Nesse mesmo sentido, Ricardo Negrão ilustra que:

“(...) prevaleceu, portanto, no novo ordenamento, o princípio absoluto da fixação da competência pelo local onde o empresário possuir seu principal estabelecimento, assim compreendido como o ponto central dos negócios, de onde partem todas as ordens, que imprimem e regularizam o movimento econômico dos estabelecimentos produtores.”⁷

19. Igualmente a esse respeito, ensina o professor Waldo Fazzio

⁵ VALVERDE, Trajano de Miranda. Comentários à Lei de Falências. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, vol. 3. IN BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005: comentado artigo por artigo / Manoel Justino Bezerra Filho; Eronides A. Rodrigues dos Santos, coautoria especial. - 15. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. pg. 88.

⁶ Coelho, Fábio Ulhoa, Comentários à nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas, Editora Saraiva, 2005, pg. 28.

⁷ NEGRÃO, Ricardo. Aspectos objetivos da lei de recuperação de empresa e de falências: Lei n. 11.101/05. 2ª ed.— São Paulo: Saraiva, 2008

Júnior⁸:

“Podemos concluir, portanto, que estabelecimento principal, para os efeitos do art. 3º da LRE, não é aquele que os estatutos da sociedade conferem o título de principal, mas o que forma concretamente o centro vital das principais atividades profissionais do agente econômico, o núcleo de seus negócios, onde se densifica a empresa. Assim, o principal estabelecimento é o centro de operações negociais, sem que, por isso, seja o centro de seus principais interesses.”

20. Apesar de não haver definição legal estabelecendo o conceito de “principal estabelecimento”, a jurisprudência caminha neste exato sentido. Veja-se:

“CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TRAMITAÇÃO DE FALÊNCIAS ENVOLVENDO EMPRESAS PERTENCENTES A UM MESMO GRUPO ECONÔMICO. LEI N. 11.101/2005. CONFIGURAÇÃO DO CONFLITO. NECESSIDADE DE REUNIÃO DAS AÇÕES FALIMENTARES PERANTE O JUÍZO DO LOCAL DO PRINCIPAL ESTABELECIMENTO DO DEVEDOR (...) 8. Considerando a existência de grupo econômico entre as empresas envolvidas e a configuração do conflito de competência, é impositivo que as falências devam ser reunidas perante o juízo onde fica localizado o "principal estabelecimento do devedor", conforme estabelecido no art. 3º da Lei 11.101/2005, que dispõe: "É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil". 9. A Lei de Recuperação de Empresas e Falências, norma especial, previu, inicialmente, a necessidade de se definir o local do "principal estabelecimento do devedor" como referência para a definição da competência (art. 3º), para só depois estabelecer a prevenção daquele juízo que recebeu a

⁸ FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Lei de Falências e Recuperação de Empresas. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008, pg. 51.

primeira distribuição do pedido de falência ou de recuperação judicial (art. 6º, § 8º). 10. Levando em consideração essa premissa, conforme se depreende dos autos, o local do "principal estabelecimento do devedor" é o situado na Comarca do Rio de Janeiro (RJ), sede da controladora MMX Mineração e Metálicos S.A. e local onde funcionava o "centro de inteligência" ou o "núcleo de comando" do grupo. 11. Nessa linha, compete ao Juízo carioca processar e julgar conjuntamente as ações falimentares relativas às empresas integrantes do mesmo grupo econômico. 12. As alegações de irregularidades relativas aos processos na origem devem ser combatidas pelas partes e pelos interessados utilizando-se dos meios adequados, e apresentadas diante dos competentes órgãos de controle, uma vez que a finalidade do conflito de competência é, unicamente, definir o juízo competente para o processamento e julgamento das ações em análise. **Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro (RJ), mantendo hígidos os atos judiciais praticados pelo Juízo mineiro, que poderão ser reavaliados pelo juízo declarado competente. Prejudicados os agravos internos interpostos e determinada a retificação da autuação para retirar a condição de segredo de justiça dos autos.**

(STJ. CC n. 183.402/MG, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Seção, julgado em 27/9/2023, DJe de 3/10/2023.)” – grifo nosso

“CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DO PARÁ. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS E MEDIAÇÃO ANTECEDENTE A PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS CAUTELARES. JUÍZO COMPETENTE PARA O PEDIDO PRINCIPAL. ESTABELECIMENTO PRINCIPAL DO DEVEDOR. CRITÉRIO ECONÔMICO: MAIOR VOLUME DE NEGÓCIOS DA EMPRESA E CENTRO DE GOVERNANÇA DOS NEGÓCIOS. CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA PAULISTA. 1. Também no procedimento de

recuperação judicial vigora a máxima de que a competência para o conhecimento e julgamento de pedido cautelar é do Juízo competente para conhecer e julgar o pedido principal de recuperação judicial. **2. Nos termos do art. 3º da Lei 11.101/2005, o juízo competente para o pedido de recuperação judicial é o do foro de situação do principal estabelecimento do devedor, assim considerado o local mais importante das atividades empresárias, ou seja, o de maior volume de negócios e centro de governança desses negócios.**

3. Esse entendimento é ainda mais adequando quando se trata de sociedades empresárias de grande porte, dedicadas a complexas atividades econômicas de produção e circulação de bens e serviços, como as de produção de commodities agrícolas, minerais e florestais, hipóteses em que, enquanto a produção e extração são processadas no interior do país, em vastas áreas nos territórios de diversos Estados, ou mesmo em alto mar, como nos casos de petróleo e gás, o centro nevrálgico do empreendimento, onde tomadas as decisões e realizadas as principais transações, é situado em distantes grandes centros urbanos, empresariais e financeiros. 4. Não se pode perder de vista a extrema complexidade e necessária interligação de atividades e negócios na gigantesca engrenagem do mundo capitalista globalizado, caracterizado pela diversidade de especializadas contratações inter-relacionadas, envolvendo, frequentemente, densa cadeia produtiva abrangendo exportação, câmbio, transporte marítimo, venda antecipada da produção, negociação em bolsas de mercadorias e financiamento das atividades. 5. É esse o contexto sob exame, em que as complexas atividades da devedora vão desde a extração mineral, realizada no interior do Estado do Pará, até as inúmeras contratações celebradas em centro metropolitano, onde se identifica o local mais importante das operações sociais, por ser abrangente do maior volume de negócios e do núcleo decisório da sociedade, situado na cidade de São Paulo, como o principal estabelecimento da sociedade suscitada. 6. Conflito de competência conhecido, para declarar a competência da Justiça do Estado de São Paulo”. (STJ. CC n. 189.267/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, julgado em 28/9/2022, DJe de 13/10/2022.) – grifo nosso

21. No caso das Requerentes, todas as matrizes e filiais estão localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

22. Neste ponto esclarece-se que, dentre as medidas prévias adotadas para redução de custos e otimização dos recursos, as lojas físicas onde encontravam-se as matrizes de KM29 (Realengo) e Teixeira de Castro (Pechincha) foram fechadas e as suas respectivas matrizes foram alteradas para (em processo de conclusão perante a Junta Comercial do Rio de Janeiro):

- KM29 – atual endereço Avenida Ayrton Senna, nº 9201, Barra da Tijuca, CEP: 22775-004 (onde também se encontra a filial inscrita no CNPJ nº 07.908.819/0003-62)
- Teixeira de Castro – atual endereço: Av. das Américas, nº 14155 / Recreio dos Bandeirantes (onde também se encontra a filial inscrita no CNPJ nº 07.908.819/0002-81)

23. Já a Vigário Geral continua localizada em Irajá (endereço do seu contrato social – doc. 02).

24. Inobstante a mencionada atualização, não há modificação da competência das Varas Empresariais da Capital para processar esta recuperação judicial, seja porque todos os endereços encerrados eram no Município do Rio de Janeiro, seja porque o escritório e centro administrativo das Requerentes ser situado no **Recreio dos Bandeirantes**, Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 14155 (sede da Teixeira de Castro).

25. É o escritório localizado no bairro do Recreio dos Bandeirantes que hospeda a administração e os administradores das Requerentes; é lá que são tomadas todas as decisões, de onde emanam diretrizes e comandos

acerca do desenvolvimento da atividade empresarial do Grupo Gilson Pneus.

26. Dessa forma, não há dúvidas quanto à **competência de um dos MM. Juízos das Varas Empresariais da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro** para o processamento e julgamento deste pedido de Recuperação Judicial.

III. HISTÓRICO DAS REQUERENTES

27. A história das Requerentes remonta na década de 70, quando o Sr. Gilson Dias Pereira – pai do atual sócio administrador das Requerentes, Gilson Gilberto Pereira – abriu a primeira Loja **Gilson Pneus**, às margens da maior avenida da cidade, Avenida Brasil, no bairro de **Irajá**.



28. Pouco tempo depois da avançada comercialização de pneus, iniciou-se também a prestação dos demais serviços automotivos, tais como: verificação, rodízio, montagem de pneus, balanceamento de rodas, alinhamento de direção, cambagem, conserto de rodas, troca de filtros de óleo, embreagem, fluído do sistema de freio, óleo do sistema de direção hidráulica, pastilha de freio, além de higienização e limpeza de ar-condicionado.

29. A comunhão desses serviços agregados à comercialização de pneus, fez com que o Grupo Gilson Pneus se tornasse uma das maiores lojas revendedoras de pneus da cidade do Rio de Janeiro, bem como um dos maiores

Grupos no setor de *AutoCenter* no Estado do Rio de Janeiro.

30. Nesse cenário, fruto do ímpeto diário voltado à excelência e, como consequência, gerando resultados expressivos, a marca Gilson Pneus sedimentou-se no mercado estadual com alto nível de qualidade dos seus produtos, da sua prestação do serviço e do atendimento aos clientes.

31. Ao longo dos anos, a Gilson Pneus angariou mais de 2 (dois) milhões de clientes atendidos e com plena satisfação do consumidor. À vista disso, foi indicada por 3 (três) anos consecutivos (2016, 2017 e 2018) e nos anos de 2023 e 2024, ao **Prêmio Época Reclame Aqui**⁹, como sendo a melhor empresa no ramo de *AutoCenter* para o consumidor.

32. A trajetória ascendente da Gilson Pneus fez com que as Requerentes expandissem a marca. Assim, partindo de uma única Loja em Irajá, o Grupo Gilson chegou a ter 10 (dez) lojas, localizadas na Barra da Tijuca, Recreio, Campo Grande, Jacarepaguá, Ramos, Realengo, Nova Iguaçu e Irajá.

33. Ao longo dos anos de atuação, o Grupo Gilson foi responsável pela venda de quase 5.000 (cinco) mil pneus mensalmente, o que levou a um faturamento médio em torno de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) mensais, números verdadeiramente expressivos para o seu segmento.

34. O crescimento do Grupo na região da Zona Norte, Oeste e Municípios do Estado do Rio de Janeiro, contribuiu para o desenvolvimento econômico e social da comunidade local, razão pela qual a empresa tornou-se parte integrante do tecido urbano, chegando a gerar **110 (cento e dez) empregos diretos** e o dobro de empregos indiretos e correlatos.

⁹ [Prêmio Reclame AQUI - As melhores empresas para o consumidor 2024](#)

35. Contudo, apesar do seu expressivo destaque e sua posição consolidada no mercado de *AutoCenter* na cidade do Rio de Janeiro, as Requerentes (assim como diversas outras sociedades empresárias) enfrentam momentânea crise financeira, advinda ainda dos impactos econômicos causados pela pandemia do Coronavírus (“COVID-19”), entre os anos de 2020 e 2022.

36. A partir daí, as Requerentes não lograram êxito em recuperar o faturamento. E é por essa razão que, neste momento, as Requerentes se socorrem ao pedido de recuperação judicial, uma vez que não vislumbram alternativa senão o processo de reestruturação, a fim de equacionar o passivo, manter sua atividade empresarial, bem como os inúmeros postos de trabalho diretos e indiretos.

IV. RAZÕES DA MOMENTÂNEA CRISE ECONÔMICA-FINANCEIRA (ARTIGO 51, I DA LRF)

37. Desde o modesto início da Gilson Pneus, com o Sr. Gilson (Pai), no ano de 1970, foram 54 (cinquenta e quatro) anos de muito sucesso e crescimento da marca no mercado, sem nunca perder a qualidade dos serviços prestados e nos pneus vendidos.

38. Tanto é que, até o ano de 2019, o Grupo Gilson Pneus mantinha suas contas positivas, visto que o faturamento suportava todas as despesas correntes, tais como fornecedores, folhas de pagamento de funcionários e manutenção da atividade empresarial.

39. Salta-se os olhos que uma empresa de grande protagonismo no mercado de *AutoCenter* apenas se valeu do primeiro empréstimo bancário a partir do ano de 2019 (naquele momento, com o intuito de realizar investimentos

nas suas próprias atividades empresárias).

40. Todavia, logo após, a economia foi assolada pela crise advinda da Pandemia de 2020, o que não só inviabilizou qualquer novo investimento como deflagrou uma considerável crise no setor automobilístico.

41. Nesse sentido, em atenção ao artigo 51, I da LRF, as Requerentes esclarecem os motivos que culminaram na sua momentânea crise econômico-financeira, decorrente da aliança de fatores relevantes como: *(i)* o início da pandemia do COVID-19; *(ii)* retração econômica nacional; *(iii)* endividamento bancário, e conseqüentemente, *(iv)* o desequilíbrio nas projeções financeiras e fluxos dos caixas, em muito devido aos astronômicos juros suportados atinentes aos contratos bancários.

42. Consoante apresentado no capítulo anterior, a atividade desenvolvida pelo Grupo consiste na comercialização de pneus e na prestação de serviços automotivos às pessoas físicas – consumidores finais.

43. Com isso, evidente que o faturamento do Grupo Gilson Pneus está diretamente ligado à circulação de pessoas e, conseqüentemente, de veículos.

44. Acontece que, assim como ocorreu com muitos setores, a pandemia do COVID-19 teve um impacto significativo no mercado *AutoCenter*. As medidas de quarentena – *lockdown* – reduziram substancialmente a necessidade de deslocamento, ocasionando uma queda das vendas. Veja-se o retrato do setor no mês de abril de 2020¹⁰:

¹⁰ Fonte: ANIP



45. Ora, se os veículos não saem às ruas, não precisam de pneus, tampouco de manutenção e reparação automotiva, o que atinge diretamente o faturamento das Requerentes.

46. Justamente em razão disso que o consumo de tais serviços caiu drasticamente durante esse período, como amplamente noticiado nos canais de comunicação¹¹, prenunciando os primeiros sinais da crise do segmento:



A transformação do setor automotivo com a pandemia

Vendas de carros novos caíram quase 30% no último ano, ao mesmo tempo em que mudanças no comportamento dos consumidores podem impactar os negócios

¹¹ [Mercado automotivo: caminho em meio a crise | Gente | Uma conexão Globo](https://exame.com/colunistas/opinio/a-transformacao-do-setor-automotivo-com-a-pandemia/). Acesso em 13/09/2024.

[https://exame.com/colunistas/opinio/a-transformacao-do-setor-automotivo-com-a-pandemia/](https://revistaempresarios.net/site/vendas-de-pneus-fecham-primeiro-semester-de-2020-com-queda-de-296/). Acesso em 13/09/2024.

[https://revistaempresarios.net/site/vendas-de-pneus-fecham-primeiro-semester-de-2020-com-queda-de-296/](https://www.cnnbrasil.com.br/auto/com-queda-de-80-nas-vendas-mercado-de-carros-usados-se-reinvent/). Acesso em 17/09/2024.

<https://www.cnnbrasil.com.br/auto/com-queda-de-80-nas-vendas-mercado-de-carros-usados-se-reinvent/>. Acesso 17/09/2024.

Com queda de 80% nas vendas, mercado de carros usados inova para sobreviver

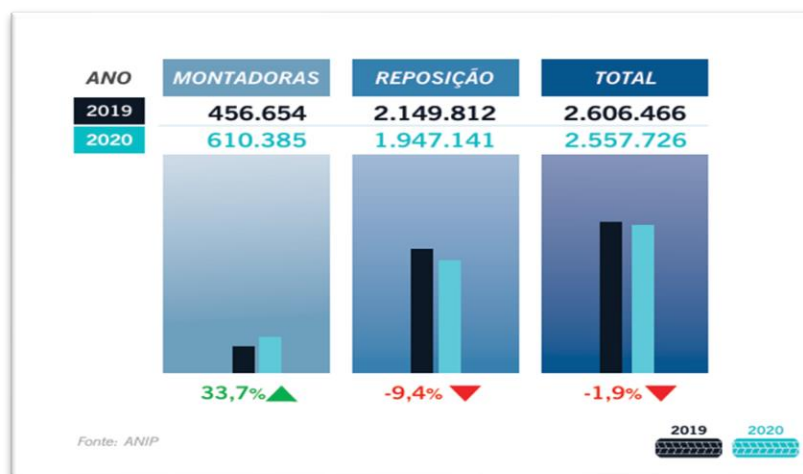


VENDAS DE PNEUS FECHAM PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020 COM QUEDA DE 29,6%

47. Ou seja, diante do cenário de crise econômico-financeira que assolou o consumidor brasileiro, devido à COVID-19, a procura e demanda dos serviços prestados pelo Grupo Gilson caiu drasticamente por motivos socioeconômicos evidentes, como a retração econômica mundial, perda de milhares de empregos e diminuição do poder de compra.

48. Os dados da **Associação Nacional de Indústria de Pneumáticos** (ANIP) ¹² demonstraram que em dezembro de 2020, “as vendas totais de pneus apresentaram a terceira queda seguida”, em 12,6%. Com isso, 2020 “fechou bastante abaixo do valor apresentado no ano anterior para o segmento de reposição (-13,3%), montadoras (-32%) e para o mercado total (19,2%)”. Confira-se ilustrativo:

¹² [Publicações | ANIP - Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos](#). Acesso em 13/09/2024.



49. A soma dos fatores acima elencados e o compromisso financeiro assumido em 2019, iniciou o cenário de crise vivenciado hoje. Isso porque, o capital de giro oriundo da receita originada com a comercialização de pneus e a prestação de serviços automotivos, não foram suficientes para manter o caixa das Requerentes líquido durante o período que houve drástica queda no consumo, de modo que as Requerentes conseguissem manter a lucratividade necessária para operar.

50. Foi em razão disso que as Requerentes se viram estranguladas, com baixa disponibilidade de recursos para o pagamento de fornecedores e funcionários a curto prazo, sendo obrigadas a recorrer a outros empréstimos bancários, confiando nas projeções de melhora futura do cenário econômico – o que não aconteceu.

51. Nota-se pela relação de credores (doc. 10) que: do passivo total das Requerentes (R\$ 23.332.653,18), mais da metade da dívida está consubstanciada em crédito bancário, o qual perfaz o montante de R\$ 15.431.534,43 (quinze milhões, quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e quarenta e três centavos) – o que também reflete a maioria dos protestos relacionados nas certidões acostadas (doc. 07).

52. Ultrapassado o período de *lockdown* e com a retomada gradual do mercado em 2023, o Grupo Gilson Pneus investiu na abertura de 4 (quatro) novas Lojas: 2 (duas) em Campo Grande, 1 (uma) em Duque de Caxias e 1 (uma) em Nova Iguaçu, cujo objetivo foi buscar com o crescimento, aumento no faturamento, de forma a manter a pontualidade dos pagamentos perante os seus empregados e fornecedores.

53. Entretanto, não foi suficiente, muito porque o mercado permaneceu **desaquecido**, mesmo após o fim do estado de calamidade pública oriundo da COVID-19¹³.

54. Adentrando o ano de 2024, a queda do consumo continuou gerando uma redução expressiva no fluxo de caixa da Requerente e um aumento do seu endividamento, em razão dos juros altos dos empréstimos bancários e da retração econômica, o que ocasionou na atual e inevitável crise financeira das Requerentes.

55. Como medida a viabilizar a contenção dos custos, as Requerentes encerraram as atividades de 5 (cinco) lojas – ainda pendente de baixa perante a Junta Comercial do Rio de Janeiro – que se mostravam menos viáveis economicamente. Assim, mantém atualmente o total de 5 (cinco) lojas: Recreio, Barra da Tijuca, Ramos, Irajá e Nova Iguaçu.

56. A queda progressiva no faturamento trouxe graves consequências ao Grupo Gilson Pneus, como a dificuldade em honrar com os pagamentos dos empregados e fornecedores. Atualmente, o Grupo mantém a atividade com um capital de giro limitado, tendo que realizar a tortuosa decisão

¹³ [Setor de serviços recua 0,9% em agosto, aponta IBGE | CNN Brasil](#). Acesso em 13/09/2024.

diária em quais pagamentos priorizar.

57. Todavia, mesmo com o difícil cenário econômico, as Requerentes, em nenhum momento, deixaram de exercer suas atividades produtivas, restando claro que a oscilação do mercado e a dificuldade são temporárias e que o Grupo apresenta meios de superar a crise, cujo passivo financeiro, anexado neste inicial, pode e deve ser solucionado por meio desta Recuperação Judicial.

58. Portanto, é evidente que o deferimento de processamento desta Recuperação Judicial é medida necessária para reverter a momentânea situação de crise econômico-financeira acometida pelas Requerentes, a fim de (i) estancar a escala do endividamento financeiro; (ii) reestruturar o endividamento com o apoio dos credores; (iii) proteger as Requerentes contra ações de cobrança e execuções; (iv) facilitar a obtenção de novos recursos e (v) redimensionar a operação e relação com fornecedores parceiros, para assim permitir a superação da crise econômico-financeira atual.

V. SUPERAÇÃO DA CRISE E INTERESSE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CF, Art. 170 e LRF, Art. 47)

59. É incontestável que os fatos narrados acima comprometeram a situação financeira das Requerentes. Contudo, apesar da momentânea crise a qual atravessam, esta é plenamente superável, em razão do potencial das Requerentes e o “*know-how*” que conquistou ao longo de todos esses **54 (cinquenta e quatro)** anos de contínua e ininterrupta atividade.

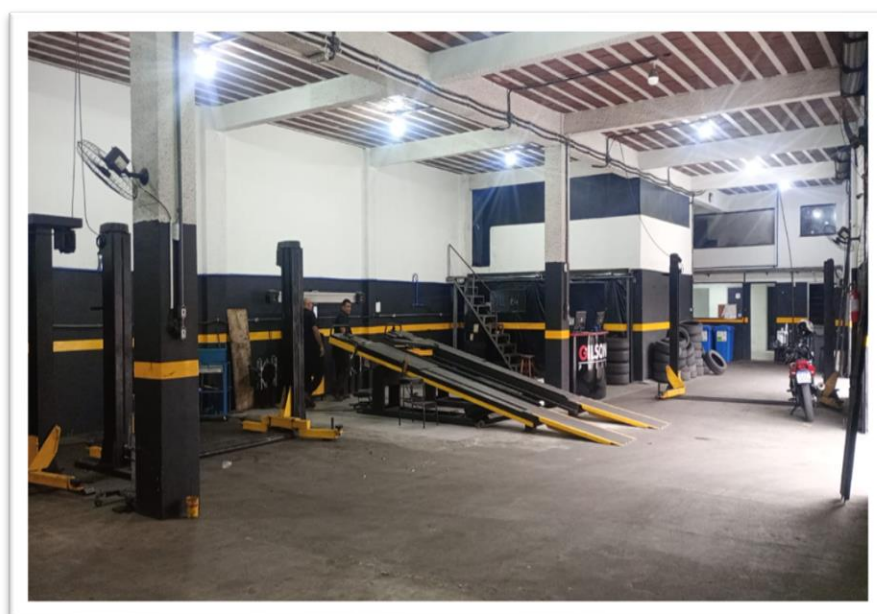
60. Com efeito, o Grupo Gilson Pneus é um relevante *player* do Estado do Rio de Janeiro no segmento de *AutoCenter* e vendas de pneus,

praticando os melhores preços do mercado, oferecendo um grande acervo de marcas para seus consumidores, combinado com o alto nível de qualidade no atendimento, cujos números traduzem em um acervo de 2.500 (dois mil e quinhentos) clientes atendidos mensalmente (no auge do faturamento).

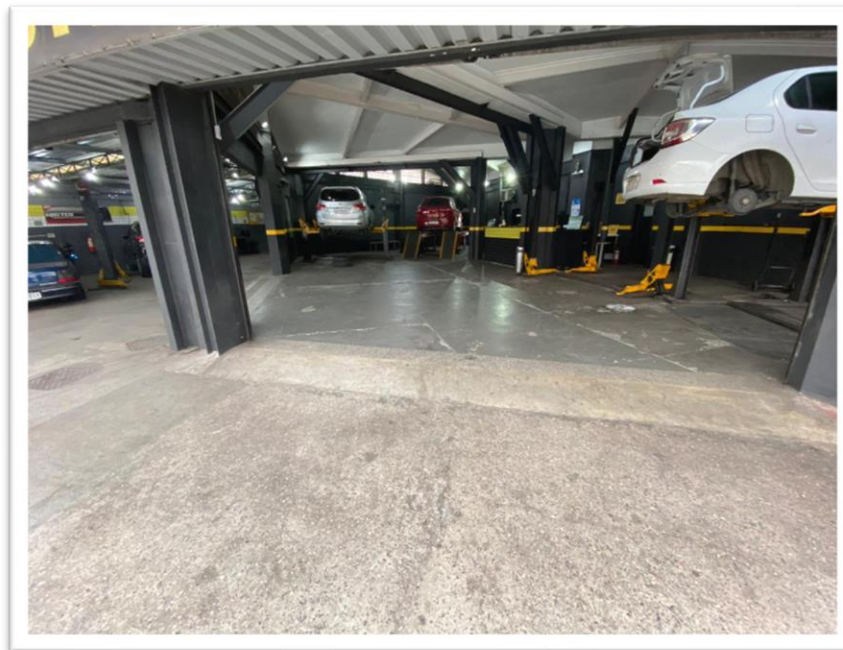
61. A continuidade das atividades também é possível em razão da alta capacidade do corpo técnico das Requerentes, compostas por funcionários especializados e com amplo conhecimento na prestação de serviços de manutenção veicular e vendas. A retomada do crescimento, por outro lado, exige a readequação do seu passivo com a atual capacidade de geração de caixa.

62. Ainda, as Requerentes contam com 5 (cinco) lojas modernas, que possuem recursos de ponta destinados à manutenção dos veículos, desde a troca de pneus até a higienização e limpeza de ar-condicionado. Confira-se algumas fotografias das Lojas do Grupo Gilson Pneus (doc. 18):

- **Loja Ramos:**



- **Loja Irajá:**



- **Loja Barra da Tijuca**



- **Loja Recreio**



- **Loja Nova Iguaçu**



63. Pelos fatos expostos, é possível verificar que a viabilidade da recuperação das Requerentes é patente, sobretudo em razão da (i) robustez de sua estrutura operacional, (ii) da sólida história de 54 (cinquenta e quatro) anos no mercado, (iii) do *know-how* conquistado e (iv) da demanda existente.

64. Além disso, as Requerentes acreditam que o cenário recessivo

nacional é transitório, devendo ser superado em breve, considerando quedas dos principais índices como IPCA e SELIC:

Índice Agregado	Unidade	2023	2024	2025
IPCA	Variação %	4,66	3,90	3,50
PIB	Variação % sobre ano ant.	2,92	1,52	2,00
Dívida Líquida Setor Público	% do PIB	61,05	64,45	66,20
Balança Comercial	US\$ bilhões	81,30	70,50	66,59
Câmbio	R\$/US\$	4,90	5,00	5,03
Selic	% a.a.	11,75	9,00	8,50
Investimentos diretos no país	US\$ bilhões	59,00	75,00	70,00

Fonte: Boletim FOCUS BC 29dez23 e Secretaria da Economia

65. As projeções econômicas para o setor, baseada nos dados apresentados pela **ANFAVEA** – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores¹⁴ e dos **AUDATEC**¹⁵ – Técnicas Estatísticas Automotivas, espelham que “*41,9 milhões de veículos demandarão serviços, seja para uma reparação mais simples (como troca de óleo) ou uma reparação que exige mais complexidade (...)*”.

66. Contudo, para se beneficiar do cenário econômico de alta do seu segmento, a fim de angariar novos investimentos e aplicar as medidas para manter sua operação, as lojas modernas e o corpo técnico capacitado por si só, mostram-se, atualmente, insuficientes, diante do atual cenário de endividamento das Requerentes.

67. Desse modo, as Requerentes necessitarão da segurança e tranquilidade conferida pelo processo de recuperação judicial (*stay period*) para reestruturar o passivo e se proteger de investidas abusivas contra o patrimônio, a fim de que possam sair da crise de forma efetiva e segura.

¹⁴ [Anfavea](#). Acesso em 15/09/2024.

¹⁵ [Quantidade de veículos que demandarão peças e serviços automotivos em 2024 \(reparacaoautomotiva.com.br\)](#). Acesso em 15/09/2024.

68. Para tanto, como parte do projeto de soerguimento, as Requerentes estão adotando providências para a superação da crise, são elas: (i) a redução de custos com o fechamento de 5 (cinco) lojas físicas e a manutenção das outras 5 (cinco) lojas mais rentáveis, bem como (ii) a redução de 110 (cento e dez) funcionários diretos para 75 (setenta e cinco) funcionários no total.

69. Esse redimensionamento visa otimizar a operação do Grupo Gilson Pneus como um todo, de forma a manter as operações que apresentem melhores resultados.

70. Graças a esses ajustes operacionais cumulados com a expectativa de alta na economia, as Requerentes projetam uma melhora substancial em sua margem de lucro ao longo de sua reestruturação, possibilitando, assim, a liquidação do seu passivo atual e a obtenção de receita para a manutenção da atividade empresária.

71. Portanto, o imediato deferimento do processamento desta Recuperação Judicial será um importante mecanismo para a retomada das Requerentes, reestruturação das dívidas e preservação da empresa.

72. Não fosse suficiente, eventual não deferimento da Recuperação Judicial, perpetuaria o sufocante estado de crise econômica experimentado pelas Requerentes, acarretando uma possível falência. Este amedrontador cenário deixaria desamparados **todos** os colaboradores das Requerentes – não se tratando apenas dos desligamentos inevitáveis ao soerguimento.

73. Portanto, com o intuito de priorizar a manutenção da empresa potencialmente capaz de superar situação de momentânea crise financeira,

mediante meios elencados no artigo 50 da LRF, as Requerentes se valem deste procedimento recuperacional para que possam se reerguer, gerar riquezas e empregos, com inegáveis benefícios também aos seus credores.

VI. REQUISITOS E INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL (ARTIGOS 48 E 51 DA LRF)

74. As Requerentes comprovam o preenchimento de todos os requisitos legais para o deferimento do processamento do pedido de Recuperação Judicial, em conformidade com a LRF.

75. **ART. 48, CAPUT.** As Requerentes exercem, regularmente, suas atividades há mais de 2 (dois) anos, fato comprovado com os inclusos cadastros da Receita Federal (doc. 03) das respectivas sedes e filiais.

76. **ART. 48, INCISOS I, II E III.** As Requerentes nunca foram falidas, jamais requereram concessão de recuperação judicial, nem mesmo com base em plano especial, fato comprovado com as respectivas e inclusas certidões expedidas pelos Distribuidores Cíveis e de Interdições e Tutelas (doc. 04 e doc. 05).

77. **ART. 48, INCISO IV.** Os Administradores das Requerentes jamais foram condenados por quaisquer dos crimes previstos na Lei nº 11.101/2005, afirmação comprovada por certidões negativas dos distribuidores (doc. 06).

78. **ART. 51, INCISO I.** As causas concretas do pedido estão expostas, minuciosamente, no precedente Capítulo IV desta petição inicial.

79. **ART. 51, INCISO II.** As Requerentes acostam as

demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais de 2021, 2022 e 2023, levantadas especialmente para instruir o pedido, compostas por balancetes patrimoniais, bem como a demonstração do resultado desde o último exercício social (doc. 08), e o relatório gerencial de fluxo de caixa e da projeção consolidados (doc. 09).

80. ART. 51, INCISO III. As Requerentes anexam a relação nominal completa dos respectivos credores (doc. 10), sujeitos ou não à recuperação judicial, incluindo os negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o §3º, do artigo 49, desta Lei, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos artigos 83 e 84 desta Lei, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos.

81. ART. 51, INCISO IV. As Requerentes juntam a relação integral dos funcionários, que, conforme exposto no Capítulo I, estão atualmente registrados na empresa Borracheiro Teixeira de Castro Ltda., com a discriminação das funções e salários do mês de competência (doc. 11), apresentada em petição avulsa, diretamente na serventia do Cartório, sob sigredo de justiça, de modo que o acesso a elas fique restrito a este MM. Juízo, ao Administrador Judicial e ao representante do Ministério Público.

82. ART. 51, INCISO V. As Requerentes acostam os respectivos Contratos Sociais e últimas Alterações registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (doc. 02).

83. ART. 51, INCISO VI. Invocando o direito constitucional ao sigilo fiscal, requerem que as declarações dos sócios das Requerentes (doc. 16), apresentada em petição avulsa, diretamente na serventia do Cartório, em

cumprimento ao artigo 51, VI, da LRF, sejam recebidas e devidamente acauteladas em Cartório, sob segredo de justiça, de modo que o acesso a elas fique restrito a este MM. Juízo, ao Administrador Judicial e ao representante do Ministério Público.

84. ART. 51, INCISO VII. As Requerentes pugnam que este MM. Juízo autorize a apresentação em petição avulsa, diretamente à serventia dos extratos das suas respectivas contas bancárias e do Banco Central (doc. 13)

85. ART. 51, INCISO VIII. As Requerentes apresentam as certidões dos Cartórios de Protesto da Comarca de Rio de Janeiro/RJ da matriz e suas filiais (doc. 07).

86. ART. 51, INCISO IX. As Requerentes juntam a relação das ações judiciais nas quais figuram no polo ativo e no polo passivo (doc. 14).

87. Adicionalmente, as Requerentes procedem à juntada das certidões emitidas junto à Justiça Estadual (Doc. 05), Justiça Federal (doc. 05), bem como à Justiça do Trabalho (Doc. 17), e dos competentes instrumentos de procuração (Doc 1).

88. No que diz respeito aos documentos indicados no art. 51, inciso VI, correspondente a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor, relação dos funcionários e extrato do Banco Central, as Peticionantes pugnam que este MM. Juízo autorize a apresentação em petição avulsa, diretamente à serventia.

89. A finalidade do acautelamento de tais documentos em Cartório é de manter em sigilo informações pessoais sensíveis daqueles que diariamente contribuem para o desenvolvimento da atividade econômica das

Requerentes.

90. Portanto, requerem que os documentos mencionados permaneçam sob sigilo de justiça, de modo que o acesso fique restrito apenas a esse MM. Juízo, ao Ilmo. Administrador Judicial a ser nomeado e ao representante do Ministério Público.

91. Na forma das razões expostas, minuciosamente, no Capítulo V desta petição inicial, todas as Requerentes dependem do deferimento do processamento do pedido de Recuperação Judicial para a manutenção da atividade produtiva.

VII. OPORTUNA APRESENTAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

92. As Requerentes informam que o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) será devidamente apresentado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação da decisão que deferir o processamento deste pedido de Recuperação Judicial, conforme preconiza o artigo 53, da LRF.

93. No momento da apresentação do PRJ serão demonstrados pormenorizadamente os meios de recuperação, bem como a viabilidade econômico-financeira e o laudo de avaliação dos bens da Requerente.

VIII. DAS CUSTAS PROCESSUAIS

94. Consoante demonstrando nos capítulos anteriores, as Requerentes, infelizmente, atravessam período de momentânea crise- econômica, razão pela qual se socorreram à tutela do Judiciário para o deferimento do

processamento deste pedido de recuperação judicial.

95. A toda evidência, a crise momentânea resta por assolar o caixa das Requerentes, que, atualmente, mantém a atividade com um capital de giro limitado, o que resta por refletir também na capacidade de suportar as custas processuais para o ajuizamento do presente pedido.

96. Considerando o passivo submetido a este procedimento, as custas processuais e taxa judiciária iniciais alcançarão o patamar de R\$ 1.400,11 (um mil quatrocentos reais e onze centavos) e R\$ 77.134,10 (setenta e sete mil cento e trinta e quatro reais e dez centavos), respectivamente.

97. Ao que tange à taxa judiciária, diante do seu valor elevado (limite máximo permitido para recolhimento por este E. TJRJ), as Requerentes ponderam a necessidade de parcelamento, no limite de 3 (três) vezes, como forma de melhor se adequar ao seu fluxo de caixa e capacidade de pagamento.

98. Sobre o tema, a fim de resguardar o acesso à justiça, o art. 98, §6º do Código de Processo Civil dispõe sobre a possibilidade de parcelamento das despesas processuais:

“Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.”

99. Nessa senda, este E. TJRJ, acompanhando o tutelado pelo art.

4º da Lei Estadual 6.369/12¹⁶, também caminha nesse exato sentido, ao dispor no Enunciado nº 27 do Avisto TJ nº 57/2010, bem como na Portaria CGJ nº 555/2024. Confira-se:

“XVI. É facultado ao Juiz diferir o momento do recolhimento das custas judiciais e da taxa judiciária, bem como autorizar seu parcelamento, desde que, em ambas as situações, o integral pagamento seja efetuado antes da sentença, incumbindo à serventia do Juízo a fiscalização quanto ao correto recolhimento das respectivas parcelas”.
(vide, também, Art. 4º da Lei Estadual nº 6.369/12 e Enunciado nº 27 do Aviso TJ nº 57/2010) - Portaria CGJ nº 555/2024.

“Considera-se conforme ao princípio da acessibilidade ao Poder Judiciário (CF/88 , art. 5º, XXXV) a possibilidade, ao critério do Juízo em face da prova que ministre a parte autora acerca da possibilidade de recolhimento das custas e a taxa judiciária ao final do processo, ou de recolhimento em parcelas no curso do processo, desde, em ambas as situações, que o faça antes da sentença, como hipótese de singular exceção ao princípio da antecipação das despesas judiciais (CPC, art. 19), incumbindo à serventia do Juízo a fiscalização quanto ao correto recolhimento das respectivas parcelas” - Enunciado nº 27 do Aviso TJ nº 57/2010.

100. Inclusive, em recente pedido de recuperação judicial, distribuído pela Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro¹⁷, o MM. Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, deferiu o pedido da Requerente, para o parcelamento da taxa judiciária em 4 (quatro) parcelas. Veja-se:

¹⁶ “É facultado ao Juiz diferir o momento do recolhimento das custas judiciais, bem como autorizar seu parcelamento, desde que, em ambas as situações, o integral pagamento seja efetuado antes da sentença, incumbindo à serventia do Juízo a fiscalização quanto ao correto recolhimento das respectivas parcelas”. - Art. 4º da Lei Estadual nº 6.369/12.

¹⁷ 0846020-71.2024.8.19.0001.

“Defiro, no entanto, o parcelamento da taxa judiciária em 4 (quatro) parcelas, sendo que a primeira deverá ser recolhida, imediatamente, em conjunto com as custas processuais, para o prosseguimento do feito, e as demais nos meses subsequentes.” (Recuperação Judicial nº 0846020-71.2024.8.19.0001, Juiz Paulo Assed Estefan, 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital, id. 122914489, Data 05/06/2024) - grifos nossos.

101. Assim, de modo a assegurar a distribuição deste pedido e objetivando a manutenção da atividade empresária, as Requerentes postulam que seja deferido o parcelamento da taxa judiciária em 3 (três) parcelas mensais e consecutivas, cujo pagamento da primeira parcela se comprova nesta oportunidade (doc. 19).

IX. PEDIDOS

102. Diante do exposto, as Requerentes postulam à V. Exa.:

a) o deferimento do **processamento deste pedido de Recuperação Judicial**, para que, nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005:

(i) Seja nomeado o Administrador Judicial;

(ii) Seja desde logo ordenada a suspensão de todas as ações e execuções em curso movidas em face das Requerentes, pelo prazo legal;

(iii) Seja determinada a dispensa da apresentação de certidões negativas para o exercício de suas atividades;

(iv) Seja intimado o Ministério Público e expedidos ofícios a fim de se comunicar as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal; e

(v) Seja publicado o edital previsto no artigo 52, § 1º, da LRF.

b) Seja deferido o pagamento da taxa judiciária em 3 (três) parcelas mensais e consecutivas, comprovando o pagamento da primeira já neste momento (doc. 19).

103. Ademais, as Requerentes protestam pela juntada das últimas alterações contratuais no prazo de 48 horas, onde apenas houve a atualização dos seus respectivos endereços (permanecendo todas no Estado do Rio de Janeiro).

104. Além disso, com fundamento nas garantias constitucionais de proteção da intimidade e do sigilo fiscal, as Requerentes solicitam autorização para que as declarações de bens apresentadas em cumprimento ao art. 51, VI da LRF, bem como os demais documentos indicados como sigilosos nesta petição (artigo IV e VII da LRF), sejam protocoladas em segredo de justiça ou acauteladas nas dependências do Cartório deste d. Juízo, com acesso limitado e restrito ao Administrador Judicial e ao representante do Ministério Público.

105. Por fim, as Requerentes declaram o endereço profissional dos patronos constituídos na Avenida Marechal Câmara, nº 271, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, local em que poderão receber intimações, e

requer que todas as intimações sejam realizadas exclusivamente em nome de **JULIANA BUMACHAR** (bumachar@bumachar.adv.br), inscrita na OAB/RJ sob o nº 113.760, **sob pena de nulidade** (CPC, art. 272, § 5º).

106. Atribui-se à causa o valor de R\$ 23.332.653,18 (vinte e três milhões, trezentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos).

N. Termos,

P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 01 de outubro de 2024.

Juliana Bumachar
OAB/RJ 113.760

Vitor Hugo Erlich Varella
OAB/RJ 136.599

Michelle Marcondes Caram
OAB/RJ 214.278

Vanessa de O. Nascimento
OAB/RJ 226.127

Nayara Taylla Gomes de Souza
OAB/RJ 179.822

COMERCIAL KM29 PNEUS LTDA.

BORRACHEIRO VIGÁRIO GERAL LTDA.

BORRACHEIRO TEIXEIRA DE CASTRO LTDA

Relação de Documentos anexados à Inicial

Doc. 1	Procurações outorgadas aos patronos das Requerentes ¹⁸
Doc. 2	Documentos de constituição das Requerentes – Contratos Sociais (artigo 51, V LRF) ¹⁹
Doc. 3	Fichas cadastrais demonstrando o exercício das atividades há mais de 2 anos (artigo 48, caput e artigo 51, V LRF) – matriz e filiais
Doc. 4	Certidões vintenárias dos Cartórios de Interdições e Tutelas em nome das Requerentes e de seus Administradores (art. 48, I, II e III LRF)
Doc. 5	Certidões (i) Cartórios de Distribuidores Cíveis Estaduais e (ii) Justiça Federal em nome das Requerentes e dos Administradores (art. 48, I, II e III LRF) ²⁰
Doc. 6	Certidões dos Distribuidores Criminais Estaduais e Federais demonstrando que as Requerentes e os seus Administradores jamais foram condenados por qualquer dos crimes previstos pela Lei 11.101/2005 (art. 48, inciso IV) ²¹
Doc. 7	Certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial (artigo

¹⁸ Anexa também a procuração da Teixeira de Castro dando poderes irrestritos aos sócios das demais Requerentes

¹⁹ Alteração contratual das Requerentes KM29 e Teixeira de Castro (para tão somente atualização do endereço) em processo de conclusão e registro perante a Junta Comercial do Rio de Janeiro

²⁰ Ato nº 38/2023, resolveu: “Art. 1º. DESATIVAR os Serviços do 1º, 3º, 4º e 9º Ofícios do Registro de Distribuição da Capital, a partir de 1 de novembro de 2023 (...) Art. 3º. TRANSFERIR, a partir de 1 de novembro de 2023, acervos e atribuições judiciais dos Serviços do 1º, 3º, 4º e 9º Ofícios do Registro de Distribuição da Capital, para o Serviço do 2º Ofício do Registro de Distribuição da mesma Comarca. §1º As certidões de distribuições judiciais requeridas aos 1º, 3º, 4º e 9º Ofícios do Registro de Distribuição da Capital no dia 31/10/2023 serão emitidas pelo 2º Ofício do Registro de Distribuição da mesma Comarca”

²¹ Ato nº 38/2023, resolveu: “Art. 1º. DESATIVAR os Serviços do 1º, 3º, 4º e 9º Ofícios do Registro de Distribuição da Capital, a partir de 1 de novembro de 2023 (...) Art. 3º. TRANSFERIR, a partir de 1 de novembro de 2023, acervos e atribuições judiciais dos Serviços do 1º, 3º, 4º e 9º Ofícios do Registro de Distribuição da Capital, para o Serviço do 2º Ofício do Registro de Distribuição da mesma Comarca. §1º As certidões de distribuições judiciais requeridas aos 1º, 3º, 4º e 9º Ofícios do Registro de Distribuição da Capital no dia 31/10/2023 serão emitidas pelo 2º Ofício do Registro de Distribuição da mesma Comarca”

	51, VIII LRF) ²²
Doc. 8	Demonstrações contábeis das Requerentes relativas aos 3 últimos exercícios sociais de 2021, 2022 e 2023, compostas pelos balanços patrimoniais, demonstrações de resultados acumulados e demonstração do resultado desde o último exercício social (artigo 51, II, alíneas “a”, “b” e “c” LRF)
Doc. 9	Relatório gerencial de fluxo de caixa e sua projeção (artigo 51, II, alínea “d” LRF)
Doc. 10	Relação nominal dos credores sujeitos e não sujeitos, com indicação do endereço físico e eletrônico, natureza e o valor do crédito com a sua origem (artigo 51, III LRF)
Doc. 11	Relação integral dos empregados, com as respectivas funções, salários e indenizações (artigo 51, IV LRF) – <u>segredo de justiça</u>
Doc. 12	Relação de bens particulares dos sócios controladores e dos administradores (artigo 51, VI LRF) – <u>segredo de justiça</u>
Doc. 13	Extratos atualizados das contas bancárias do devedor (artigo 51, VII LRF) – <u>segredo de justiça</u>
Doc. 14	Relação subscrita pelos devedores, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados (artigo 51, IX LRF)
Doc. 15	Certidões Fiscais e Fazendárias em nome das Requerentes
Doc. 16	Relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores (artigo 51, XI LRF)
Doc. 17	Certidões do Distribuidor da Justiça do Trabalho (Recomendação

²² Certidão de protesto em conjunto com a matriz e filiais

	nº 103/2021 CNJ)
Doc. 18	Fotos da Sede e da Operação
Doc. 19	Comprovante pagamento custas judiciais.